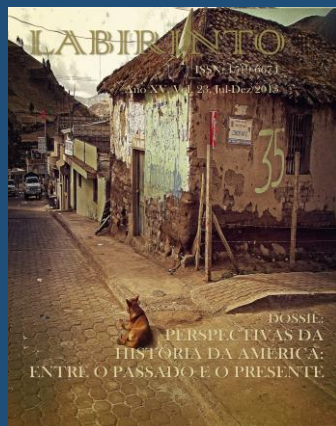


UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XV  
VOLUME 23  
(JUL-DEZ)  
2015  
PP. 157-171.

## O PAPEL DA “MEMÓRIA INVOLUNTÁRIA” EM WALTER BENJAMIN PARA O HISTORIADOR

(THE ROLE OF THE “INVOLUNTARY MEMORY” OF WALTER BENJAMIN TO HISTORIAN)

GERALDO HOULY LELIS DE FREITAS

*Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco*

*geraldolelisjr@gmail.com*

**RESUMO:** Este artigo tem por proposta central indicar alguns caminhos de compreensão e de uso do conceito de “memória involuntária” em Walter Benjamin para o historiador. Por se tratar de uma discussão mais conceitual e metodológica, não é o objetivo aqui criar outros pontos de vista ao vasto “mercado de interpretações” sobre as suas principais obras, mas propor um diálogo específico, sintético e acessível para que possa servir como uma base inicial para se trabalhar as diferenças metodológicas entre “memória voluntária” e “memória involuntária” no que tange a análise das fontes históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Walter Benjamin; Memória involuntária; Filosofia da História.

**ABSTRACT:** This article have central proposal to indicate some understanding of ways and concept of using "involuntary memory" in Walter Benjamin to the historian. Because it is a more conceptual and methodological discussion is not the goal here create other points of view to the vast "market interpretations" on his major works, but to propose a specific, synthetic and accessible dialogue so that it can serve as a basis starting to work the methodological differences between "voluntary memory" and "involuntary memory" regarding the analysis of historical sources.

**KEYWORDS:** Walter Benjamin; Involuntary memory; Philosophy of history

Este artigo tem por proposta indicar alguns caminhos de compreensão e de uso para o historiador na interpretação das fontes históricas segundo o conceito de memória involuntária em Walter Benjamin. Muitas de suas reflexões sobre o tema proposto podem ser apreciadas na variada gama de trabalhos acadêmicos e jornalísticos produzidos pelo autor, contudo os títulos escolhidos para a discussão deste artigo encontram-se nas obras *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* e *Origem do drama trágico alemão*. Para o objetivo deste trabalho, orientado pelos estudos realizados dos principais intérpretes de Walter Benjamin, essas duas obras de referência são suficientes para levantar questões importantes sobre o conceito de memória involuntária para o ofício do historiador. Cabe ressaltar que não é o objetivo aqui criar outros pontos de vista a respeito de seu pensamento sobre a história, mas propor um diálogo específico, sintético e acessível no qual possa servir como uma base inicial para se trabalhar as diferenças metodológicas entre memória voluntária e memória involuntária, especialmente esta última no que tange a análise de fontes históricas.

As influências do pensamento de Walter Benjamin foram inúmeras e sempre bem apresentadas em seus textos de acordo com o momento histórico em que foi produzido, todavia destaca-se para o assunto em questão, três “intelectuais de peso” do século XIX – Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud – para compreender o papel político da linguagem na sociedade e a importância do inconsciente no estudo do indivíduo e do comportamento humano em sua complexidade, tais premissas claramente não passaram despercebidas pela sensibilidade de Walter Benjamin. A princípio pode-se afirmar que sem a compreensão dos significados que envolvem os conceitos de linguagem e de inconsciente debatidos por esses importantes pensadores do século XIX o historiador não se sentirá seguro para habilmente utilizar-se da leitura alegórica diante de uma documentação. Apesar de não ser o foco, esses dois conceitos serão sucintamente apresentados no decorrer do texto, porém se faz necessário para um maior aprofundamento e análise das questões leituras específicas acerca disso.

Na leitura do principal trabalho de Walter Benjamin em matéria de contribuição para o “fazer historiográfico”, o texto *Sobre o conceito da história*<sup>1</sup>, percebe-se rapidamente que ele aponta dois riscos em

potencial para o historiador. Primeiro, a “empatia historicista” cujo discurso tem eternizado a dominação, o ponto de vista dos vencedores e o acúmulo de vitórias do dominador. Segundo, o “evolucionismo vulgar do materialismo histórico” que tem mostrado sua verdadeira identidade: vontade de controle, instrumentalização, subjetividade dominadora de si e do outro. As profundas críticas de Walter Benjamin as teorias historicistas e materialistas históricas tem tudo a ver com a leitura e a interpretação dada à documentação por esses historiadores, ambos, por ignorarem o papel fundamental da memória involuntária fazem uma interpretação equivocada do verdadeiro “motor da história”. Logo, continuam a reproduzir a lógica dos “vencedores”. Indo para além dos limites impostos pela linguagem simbólica das fontes, o historiador pode anular o sentido de alienação e assim servir-se de instrumento revolucionário. Elegendo a alienação como o principal alvo da hermenêutica, Walter Benjamin busca constantemente em seus textos superar ou, pelo menos, denunciar essa situação.

#### VENCEDORES E VENCIDOS DA HISTÓRIA

Walter Benjamin que teve a difícil experiência de viver o tempo das guerras mundial e a ascensão do partido nazista alemão em 1933, conviveu também com o intenso período das mobilizações da República de Weimar onde conheceu Eugen Berthold Friedrich Brecht. Ele encontra no dramaturgo alegorista um agente de reencantamento de um “mundo abalado”, e porque não citar também a mesma dinâmica sentimental com o poeta Charles Baudelaire? Os gestos desses alegoristas se fazem soar em protestos contra a mercantilização da vida pelo sistema capitalista. Sem dúvida, ele tornou-se um grande admirador das peças teatrais do dramaturgo e poeta alemão Berthold Brecht, a forma como o conteúdo de suas apresentações era transmitida ao público o impressionava. Em vez de apenas reproduzir as condições ideológicas da classe dominante, Berthold Brecht revelava o modo como se dava essa exploração e como mantinha as pessoas em estado de sujeição às suas ideologias. Em sua concepção, os oprimidos são desviados do reconhecimento de que a mudança revolucionária é necessária. Nesse sentido, Walter Benjamin acreditava na história de modo semelhante ao que Berthold Brecht enxergava na arte: um caminho pelo qual os trabalhadores pudessem refletir e questionar sobre as

condições de existência em que o sistema os submetia. O “fazer história” se transformava numa oportunidade verdadeiramente revolucionária de buscar no passado, a voz que foi silenciada e oprimida pela “memória oficial”.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa citação à l’ordre du jour – e esse dia é justamente o do juízo final (BENJAMIN, 2012, p. 242).

O que ele quer dizer com “humanidade redimida”? Ele foi *ipsis litteris* em relação à associação da

“humanidade redimida” com o juízo final? Sem dúvida, a “humanidade redimida” é aquela que não mais procede da divisão entre vencedores e vencidos na história. Trata-se aí de semelhante perspectiva com as ideias revolucionárias de Karl Marx, pois o fim do sistema capitalista acabaria consequentemente com as lutas de classes e as próprias classes respectivamente. A dimensão utópica do discurso de “redenção da humanidade” apresentada por Walter Benjamin aparece em seu pessimismo quanto à difícil realidade no qual sobrevivia sob perseguição do regime nazista (ele era judeu) até o seu triste suicídio em 1940.

Destarte, a “redenção da humanidade” só será alcançada diante da morte quando for decretado o “acerto de contas” perante o “juízo final” sob o olhar onisciente de Deus. O papel do historiador, a quem Walter Benjamin denomina “materialista” (e não idealista), é buscar no passado os sofrimentos acumulados e as esperanças solapadas dos vencidos da história. A principal armadilha a ser evitada por um historiador benjaminiano é buscar diretamente nas linhas simbólicas da documentação as evidências da história, porque a leitura de uma realidade não se mostra facilmente perceptível apenas pela pesquisa empírica, a hermenêutica torna-se fundamental como

método de análise para interpretar as ações do homem no tempo. Como ler então nas fontes históricas os rastros e as pistas deixadas pela memória involuntária? Eis aí a questão norteadora deste artigo.

### A “QUEBRA” DO TEMPO CONTINUUM

A metodologia proposta por Walter Benjamin para o seu modelo de história é dividida basicamente em duas partes. Primeiro, o historiador deve empreender uma desconstrução da “historiografia oficial” que privilegia os vencedores para, em seguida, propor uma reconstrução da história sob a ótica dos vencidos. O ponto inicial do trabalho encontra-se na “quebra” com o tempo continuum utilizado pela “historiografia oficial”. Para Walter Benjamin, “a história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (2012, p. 251). O continuum da história científica cujo tempo apresenta-se de modo linear e irreversível, organizado categoricamente sob uma cadeia sucessiva de acontecimentos, é repensado pela crítica ao discurso de “progresso”. Em *Futuro Passado*, Reinhart Koselleck

explica que “a filosofia, ao transpor para o progresso a história compreendia singularmente como um todo unitário, fez com que os nossos topos perdessem obrigatoriamente o sentido” (2006, p. 55), e ainda, “o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é por um mundo técnica e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências” (idem, p. 16). Portanto, a história deve se voltar para o tempo de “agora” no intuito de arrancar a tradição ao conformismo em cada época. Walter Benjamin define a questão ao propor uma ruptura permanente com o tempo acelerado (da fábrica) regido pela ótica do sistema de produção capitalista, um corte destinado a “redenção” do passado, a fazer explodir o continuum da história.

A consciência de fazer explodir o continuum da história é própria às classes revolucionárias no momento da sua ação. A Grande Revolução introduziu um novo calendário. O dia com o qual um novo calendário funciona como um acelerador histórico. No fundo, é sempre o

mesmo dia que retorna sob a forma dos dias feriados, que são os dias da reminiscência. Assim, os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos da consciência histórica (BENJAMIN, 2012, p. 250).

Na concepção benjaminiana, o tempo atual é marcado pelo declínio das experiências narrativas. A “acelerada” modernidade capitalista, não há mais tempo para ouvir histórias – principais vias de transmissão da experiência em seu sentido mais pleno. Os textos jornalísticos, fontes de informação sucinta e de fácil assimilação não se incorpora à experiência do indivíduo guiado pelo imediatismo, pela efemeridade do instante. De acordo com François Dosse, “a principal contribuição de Benjamin para a definição de um novo regime de ‘historicidade’<sup>ii</sup> situa-se em sua maneira de não considerar a relação entre o passado e o presente como uma simples relação de sucessividade”. (2013, p. 183). Como bem atentou o discurso pós-modernista, pois diferente do que teoriza o método dialético, esses obstáculos representados pela fragmentação, pelo incerto e pela ambiguidade do mundo pós-moderno não

significam etapas para a construção do discurso historiográfico, eles apresentam-se como fins em si mesmo.

A preocupação de Walter Benjamin com relação à “tradição ao conformismo em cada época” trata-se de um profundo questionamento sobre a estrutura messiânica dos discursos históricos voltados à “promessa” de redenção da humanidade. O que teria acontecido com o materialismo histórico ao ressignificar a perspectiva messiânica dos discursos religiosos. Essa mesma crítica foi exaustivamente feita por Friedrich Nietzsche em suas obras<sup>iii</sup> quando questiona o problema dessas ideologias “nilistas”<sup>iv</sup> que prometem um futuro melhor, porém utópico que nunca chegará. Essa crença “nilista” afeta negativamente as pessoas no seu presente, mantendo-as distantes da realidade. As reflexões feitas por Friedrich Nietzsche mostram-se presentes no pensamento de Walter Benjamin ao tecer críticas contra o materialismo histórico e a sua promessa messiânica, o comunismo. Deste modo, o olhar benjaminiano pretende compreender as expectativas não realizadas de um passado que sofre no interior do presente, pois se faz necessário enxergá-lo não somente para analisar os fatos, mas para despertar, no tempo presente, a consciência daqueles que foram

subjugados e a preocupante tragédia que os acompanha.

### SÍMBOLO E ALEGORIA

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso [...]. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta às coisas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a essa tempestade que chamamos progresso (BENJAMIN, 2012, p. 246).

Um dos elementos mais importantes para o historiador no olhar de Walter Benjamin é a análise

minuciosa da “memória involuntária” comumente não aparente na leitura das fontes históricas. O conceito de “memória involuntária” em Walter Benjamin não parte de uma lembrança proposital conduzida pela razão com o desejo de constituir uma história aos mínimos detalhes. Ao contrário disso, a memória que interessa é aquela revestida das esperanças não concretizadas, sepultadas pelo insidioso capitalismo, pode ser identificada, decodificada, através de uma leitura alegórica feita sob a ótica dos oprimidos. Para Walter Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação [...]” (2012, p. 232). Como cita Jeanne Marie Gagnebin, a respeito da diferenciação dos conceitos tratados por Tzvetan Todorov, todos os contemporâneos de Goethe, Heinrich Meyer, Friedrich Ast e Wilhelm von Humboldt concordam sobre a principal distinção entre símbolo e alegoria: “O símbolo é, a alegoria significa; o primeiro faz fundir-se significante e significado, a segunda os separa” (2011, p. 34). Para Jeanne Marie Gagnebin,

A verdade da interpretação alegórica consiste neste movimento de fragmentação e de desestruturação

da enganosa totalidade histórica; a esperança de uma totalidade verdadeira – tal como sugere a fulgurância do símbolo – só pode, pois, ser expressa nas metáforas da mística (ou da teologia), isto é, numa linguagem duplamente prevenida contra a assimilação a um discurso de pretensão descritiva ou até científica. Se a interpretação alegórica é uma forma privilegiada de saber humano, é porque ela expõe à luz do dia esta ligação entre significação e historicidade (GAGNEBIN, 2011, p. 43).

O olhar sobre o contexto parte de uma análise desconstrutiva do modelo apresentado pela historiografia oficial, logo não se trata de fazer uma medição de forças da infraestrutura ou superestrutura capazes de predeterminar o destino dos acontecimentos ou dos fenômenos históricos. Em vez disso, explora-se o cenário em sua imprevisibilidade, ou seja, nas discontinuidades e nas rupturas da história.

Afinal, a crítica é parte da história e, para ser efetiva, deve lutar contra os hábitos mentais e os

paradigmas dominantes. Jeanne Marie Gagnebin cita um exemplo chave para essa questão, “a greve geral que para a produção, assim como os relógios que os revolucionários atiram; é o mesmo gesto de interrupção do tempo, de quebra da continuidade histórica”. (2011, p. 98). Por conseguinte, a greve perde o seu significado maior de conscientização de classe e de luta por uma sociedade mais igualitária e converte-se em um problema de ordem produtiva temporal.

Nas sociedades industriais, o tempo tem por objetivo ritualizar a vida social, em outras palavras garantir a manutenção de um padrão comportamental dos homens com o trabalho, por exemplo. A moderna padronização do tempo organizou a percepção de seu fluxo por uma medida de sucessivos e ininterruptos acontecimentos. O relógio é um mundo simbólico, cada instante, é repleto de representações. É um instrumento de significados que só tem sentido em uma perspectiva social, não para um indivíduo isolado. A ciência por buscar definir (e por isso limita) o conceito de tempo, a apreende em conceitos consagrados sob um longo processo histórico de necessidades sociais.

Ora, se durante milênios, diversos grupos humanos sobreviveram sem relógios e calendários, então por que determinar o tempo? Para Norbert Elias



em *Sobre o tempo*, o caminho está no caráter institucional, coercitivo e disciplinador do tempo no processo civilizador da sociedade. “Vista por este prisma, a consciência do tempo é um exemplo esclarecedor (ELIAS, 1998, p. 23)”. A linguagem teve contribuição ímpar para limitar a compreensão sobre o tempo, uma vez que as suas expressões oferecem um caminho ou uma moldura para a reflexão.

#### O PAPEL ESSENCIAL DA HERMENÊUTICA

O olhar hermenêutico do historiador deve se iniciar por uma desconfiança no sentido aparente, na imagem simbólica da linguagem. O conceito de alegoria expande a ideia de polissemia, de plurivocidade da linguagem, em contrapartida à restrição do linguajar contextual simbólico. De acordo com Michel Zaidan Filho, “se a linguagem alegórica é a única que se presta a resgatar a contramemória dos oprimidos históricos de todos os tempos, o símbolo é o signo da memória da dominação” (1989, p. 51). Na concepção benjaminiana da história, a chave para a interpretação dos acontecimentos narrados pela memória consciente está no processo de decodificação da linguagem simbólica

do discurso em uma leitura alegórica na qual se sobressaem os novos significados. Se o símbolo mostra a unidade, a alegoria ostenta as ruínas da história.

O jogo de xadrez reproduz de maneira alegórica as lutas de classes, a sua divisão por função e hierarquia: reis, rainhas, bispos e peões. Sempre os últimos são sacrificados para a preservação do prolongamento da vida de seus “representantes”, observa Walter Benjamin. O símbolo e a alegoria fazem o pensamento incidir sobre si mesmo, refletindo, desse modo, sobre as condições de sua própria formação. Segundo François Dosse, o historiador benjaminiano “tem o poder de dar às expectativas humanas abortadas o nome que permaneceu secreto. Tem o poder significante de nomear e escreve, portanto, para salvar os nomes do esquecimento” (2012, p. 184). Entretanto, uma hermenêutica reconstrutiva não é definida unicamente pelo trabalho de releitura dos documentos, ela não se limita a trazer um novo ponto de vista repleto de ambiguidades, trata-se de um processo no qual envolve a leitura, a interpretação e a interferência do historiador para que os silenciados entrem em cena e possam tomar a palavra.

Conforme Reinhart Koselleck: “uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido” (2012, p. 109). Portanto, a construção alegórica rompe com o significado tradicional da palavra, ela a descontextualiza, instituindo um conteúdo inteiramente novo e arbitrário. Não há, aqui, a pretensão de estabelecer uma via única de interpretação ou uma explicação singular; pelo contrário, a ideia é não esgotar os vários sentidos da história. A ideia fundamental para a teoria crítica benjaminiana da história é a de que não existe nada “acidental” em um texto, em seu sentido mais amplo. O que deveria estar oculto, reprimido ou deslocado nessa estrutura, pode ser visto mediante uma mensuração dos detalhes trazidos pelo “inconsciente textual”. Para alcançar o testemunho dos oprimidos é preciso romper o elo entre a memória e a consciência. A lembrança consciente permeia o campo pragmático das vivências humanas, imergida em uma sociabilidade egocêntrica na qual o valor cultural simbólico perpetua os discursos de poder. A explicação de Jeanne Marie Gagnebin esclarece alguns pontos-chaves para o uso da leitura alegórica pelo historiador.

O sentido literal não é o sentido verdadeiro. Deve-se aprender uma outra leitura que busque sob as palavras do discurso seu verdadeiro pensamento, uma prática que os estóicos chamam de *hyponoia* (subpensamento) e à qual Filo de Alexandria dará seu nome definitivo de alegoria (de *allo*, outro e *agorein*, dizer) [...] Enquanto o símbolo, como seu nome indica, tende à unidade do ser e da palavra, a alegoria insiste na sua não-identidade essencial, porque a linguagem sempre diz outra coisa que aquilo que visava, porque ela nasce e renasce somente dessa fuga perpétua de um sentido último (GAGNEBIN, 2011, p. 32-38).

A hermenêutica decorre antes de tudo da própria leitura atenta da fonte que “abre os olhos” em suas entrelinhas para o que é. Não se pode reduzir a “verdade” histórica ao que pode ter de útil para mim: não é a fonte que deve se dobrar a minha perspectiva,

ao contrário, é a minha perspectiva que deve se expandir na sua interpretação.

### A LEITURA DA MEMÓRIA INVOLUNTÁRIA

A distinção feita por Walter Benjamin entre a memória voluntária e a memória involuntária tem sua inspiração em Marcel Proust, autor da obra *Em Busca do Tempo Perdido*. Ambos os autores possuem prestigiados estudos sobre as lembranças do saber infantil na vida moderna, fundamentada pela linha da psicanálise freudiana. Por memória voluntária, Marcel Proust (2003) compreende toda a sorte de vivências passadas que poderiam ser acessíveis arbitrariamente pelo intelecto; desse modo, estaria relacionada mais com a capacidade de desagregação do que de conservação. Por volta de 1900, Freud aponta uma discrepância entre o nosso consciente, a “realidade superficial”, e o nosso inconsciente, a profunda força inobservada, não reconhecida e controladora. Em sua análise a respeito da constituição e da atuação da psique, Sigmund Freud afirmou que o objeto da consciência não pode preservar nenhum traço mnemônico, uma vez que se o fizesse, inviabilizá-lo-ia de

uma nova percepção. Para Sigmund Freud, “a consciência surge no lugar do traço de lembrança” (2010, p. 186). A consciência e o registro mnemônico não são compatíveis, devendo cada um operar em sistemas distintos (idem, p. 185-6). Por fim, sobre a ideia de “inconsciente freudiano”, Carl G. Jung a apreende pelo produto da repressão moral imposta pela dinâmica da sociedade capitalista ao longo da vida do indivíduo, especialmente na infância, tão importante nas manifestações da memória coletiva.

É geralmente conhecido o ponto de vista freudiano segundo o qual os conteúdos do inconsciente se reduzem às tendências infantis reprimidas, devido à incompatibilidade de seu caráter. A repressão é um processo que se inicia na primeira infância sob a influência moral do ambiente, perdurando através de toda a vida. Mediante a análise, as repressões são abolidas e os desejos reprimidos conscientizados (2011, p. 15).

A memória involuntária lança o indivíduo à outra dimensão temporal, ampla e indeterminada, na qual espaço e tempo são contemplados pela passagem da tradição. Nela, os conteúdos poderiam ser acessados espontaneamente, valendo-se de um fluxo ininterrupto de pensamentos não contaminados pelo aparente discurso da memória oficial. Para Gilles Deleuze, “a memória voluntária vai de um presente atual a um presente que ‘foi’, isto é, a alguma coisa que foi presente, mas não o é mais. O passado da memória voluntária é, pois, duplamente relativo: relativo ao presente que foi, mas também relativo ao presente com referência ao que é agora passado” (2010, p. 54). A esse respeito, Sérgio Rouanet acrescenta “a memória e a consciência pertencem a sistemas incompatíveis” (2008, p. 44), pois, carece da essência reservada à tradição ancestral, ao sentido comum entre o presente e o passado. Assim, Benjamin propõe a resignificação da história à luz das reminiscências contidas na memória involuntária. O trabalho do historiador consiste em fazer da história a realização de uma tradição na qual o sujeito possa se reencontrar com o passado, em vez de conformar-se com uma esperança vazia de futuro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva construída por Walter Benjamin para a história é não só desafiadora é também encantadora, uma vez que se preocupa em trazer à tona não apenas as evidências óbvias deixadas em sua maioria pelo discurso eternizado dos vencedores nas fontes analisadas pelo historiador. O que ainda tem sido largamente feito pela historiografia. O historiador benjaminiano tem em mãos a possibilidade de se desviar do paradigma atual, não somente se propondo a construir uma história “vista de baixo” (history from below), mas também acrescentando ao seu trabalho as devidas críticas à historiografia de seu tema e época, além de contribuir para o ideal revolucionário.

A principal sugestão para iluminar o ofício do historiador benjaminiano na prática da leitura alegórica feita aos documentos é a princípio compreender que o indivíduo antes de qualquer complexidade racional que o motive para a ação necessita atender as pulsões regidas pelo inconsciente. As pulsões humanas não são culturais como poderia enquadrar o discurso histórico pós-moderno, todos nós temos necessidades básicas inerentes a própria condição do ser (alimentar-se, sentir-

se seguro etc.). Em A ideia de cultura, Terry Eagleton deixa bem claro a diferença entre o que é natural (inerente) e o que é cultural (construído). A proposta de Walter Benjamin tem sua herança filosófica materialista e não idealista como pretendem justificar alguns pela sua influência religiosa e cabalística.

O discurso racional poderá levar o historiador a amplas interpretações sobre as motivações dos homens na história, sem dúvida, Walter Benjamin experimentou em sua época o resultado mais catastrófico das promessas de um “mundo melhor” dirigido pelo ideal da racionalidade, a utopia da “supremacia da razão” para a humanidade amplamente criticada por Friderich Nietzsche no século XIX havia levado o mundo às sangrentas guerras imperialistas e uma “pobreza de experiência” tanto para os que sobreviveram como também para os que atualmente vivenciam esse tempo marcado por rápidas transformações e pelos interesses orquestrados pelo sistema capitalista. Vale salientar que as guerras imperialistas financiadas pelo capital ainda estão longe de ter o seu fim. Porém, mesmo antes da hegemonia do sistema capitalista, nos princípios da história da humanidade, o homem buscou uma vida materialmente digna conforme as necessidades naturais e universais.

Em outras palavras, poderia dizer que em primeiro lugar antes mesmo de buscar hipóteses racionais para justificar uma tese em história se faz necessário compreender que todo o sujeito busca involuntariamente a sua dignidade como ser humano. Entende-se “dignidade” como as necessidades de alimento, segurança, reprodução etc. Os romanos, por exemplo, não invadiram sob as ordens de Júlio César os gauleses unicamente pelo “amor a Roma” ou simplesmente pelas possibilidades de espoliação material daquele povo. A compreensão da verdade é impossível de ser captada em sua totalidade pela razão, portanto o que de certo se pode afirmar é que indo para a guerra contra os gauleses, obrigados ou não, aqueles soldados buscaram a sua dignidade como ser humano.

Assim, a leitura da história dos oprimidos é uma busca incessante por condições materiais digna e as razões construídas para isso é apenas dada pela interpretação das pulsões humanas, daí a necessidade da leitura da história a contrapelo. Se não for possível que a história se restrinja a isso, principalmente pelas razões políticas de seus discursos mirabolantes, que pelo menos os historiadores levem esse princípio em consideração.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DELEUZE, Giles. **Proust e os signos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Unesp, 2012.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: ed. Unesp, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista de 1848**. São Paulo: L&PM, 2001.

MORIN, Edgar. **Meus filósofos**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: L&PM, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo**. São Paulo: L&PM, 2009.

ROUANET, S. P. **O Édipo e o anjo**: itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

SIM, Stuart. **Entendendo a teoria crítica**. São Paulo: LeYa, 2013.

---

<sup>i</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>ii</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo*. 2014.

<sup>iii</sup> *Crepúsculo dos ídolos*. O Anticristo.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

Recebido em: 14/11/2015

Aprovado em: 16/12/2015

Publicado em: 29/01/2016

NOTAS

171

<sup>iv</sup> Vale lembrar que o significado de “nilismo” trabalhado por Friedrich Nietzsche não tem haver com o sentido habitual da palavra. Para Friedrich Nietzsche, o nilismo está presente em todas essas ideologias que prosperam sobre promessas de redenção, de esperança no futuro.